



**A GUERRA E
AS GUERRAS
COLONIAIS
NA ÁFRICA
SUBSAARIANA**

**JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA
JULIÃO SOARES SOUSA
SÉRGIO NETO
COORD.**

**GUILEDJE NO HORIZONTE POLÍTICO E MILITAR
DE AMÍLCAR CABRAL. «GUERRA DE FRONTEIRA»
OU UMA PROJETADA «OFENSIVA FINAL»**

Julião Soares Sousa

0000-0002-8122-9741

Resumo: Neste nosso artigo tentaremos demonstrar que a tomada do aquartelamento de Guiledje, ocorrido a 23 de maio de 1973, no âmbito da denominada «Operação Amílcar Cabral», em homenagem ao líder do PAIGC entretanto assassinado, era um projeto antigo de Amílcar Cabral, que remonta aos primórdios da luta de libertação nacional. Outrossim, que tal projeto esteve enquadrado, *ab initio* (pelo menos do lado do PAIGC), na chamada «guerra de fronteira», cujo objetivo estratégico era forjar um corredor útil em termos de manobra operacional e logística. Contudo, o avanço da guerra na Guiné e a campanha política e diplomática que visava a obtenção de personalidade jurídica internacional para a Guiné veio adicionar um novo fator – o simbólico – a uma eventual tomada de Guiledje. Daí o facto de ter sido eleito pelo líder do PAIGC, nos derradeiros meses de 1972, como objetivo militar primordial e para palco de uma espécie de «Ofensiva Final» que deveria antecipar a projetada proclamação do Estado da Guiné, inicialmente agen-

dada para meados de dezembro desse mesmo ano ou o mais tardar nos primórdios de 1973.

Palavras-chave: Guiledje, Amílcar Cabral, Guerra Colonial/Luta de Libertação

Abstract: In this article we will try to demonstrate that the capture of the Guiledje barracks, which took place on May 23, 1973, under the so-called «Operation Amílcar Cabral», in honor of the PAIGC leader who had been murdered, was an old Amílcar Cabral project that goes back to the beginnings of the national liberation struggle. We intend to show that this project was framed *ab initio* (at least on the PAIGC side), in the so-called «border war», whose strategic objective was to forge a useful corridor in terms of operational and logistical maneuver. However, the advance of the war in Guinea and the political and diplomatic campaign that sought to gain international legal personality for Guinea added a new factor - the symbolic - to an eventual takeover of Guiledje. Hence the fact that it was elected by the PAIGC leader, in the final months of 1972, as the primary military objective for a sort of «Final Offensive» that should anticipate the projected proclamation of the State of Guinea, initially scheduled for mid-December of that year or at the latest in the early days of 1973.

Keywords: Guiledje, Amílcar Cabral, Colonial War/Liberation Struggle

Tentativa de abertura do «Corredor de Guiledje» e a «guerra da fronteira»

Não restam as menores dúvidas de que, depois do dealbar das hostilidades contra a presença colonial portuguesa na Guiné, em janeiro de 1963, e da abertura da frente norte, em julho desse mesmo ano, um dos grandes projetos militares (evidentemente com reflexos políticos e até económicos) que o PAIGC e Amílcar Cabral tiveram em mente foi o de abrir um corredor que ligasse o sul (Cantanhez) ao norte (zona do Oio) do território, passando justamente por Guiledje. Tal pretensão ficou mais ou menos patente numa carta do líder do PAIGC, datada de 18 de julho de 1963, dirigida aos comandantes das duas frentes, respetivamente, Osvaldo Vieira e Francisco Mendes: «conforme ficou estabelecido no encontro com o Chico, abrir caminho para o sul do país. Os camaradas do sul têm a ordem de abrir caminho para o norte, e estou convencido de que conseguiremos isso brevemente»¹.

Por detrás da abertura do corredor e do plano havia pelo menos vários objetivos em jogo. Em primeiro lugar, para lá da divisão do território a meio, almejava-se a criação de condições para o (re) abastecimento das forças do PAIGC a partir das bases existentes na Guiné-Conacri, nomeadamente a de Kandjafra e, eventualmente, a partir do Senegal. Contudo, a relutância das autoridades senegalesas, que na altura ainda criavam (e criariam ao longo de toda a luta de libertação nacional, e isto apesar do acordo rubricado com o PAIGC em 1966) imensos obstáculos à livre circulação de combatentes, armamento e munições através do seu território. Essas dificuldades, a partir da fronteira norte, fizeram com que o movimento

¹ Arquivo Mário Soares (AMS). «Duma carta aos camaradas Osvaldo (Ambrósio Djassi) e Chico (Francisco Mendes) (Chico Té)». Pasta 4340.003 im. 21. Data: 18 de jul. de 1963. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).

independentista liderado por Amílcar Cabral procurasse outras alternativas a partir da fronteira sul.

Em segundo lugar, para a abertura do corredor que ligaria o norte ao sul estavam também evidentes motivações de ordem económica. A ideia de Amílcar Cabral era infringir um rude golpe na monocultura de amendoim, cujo monopólio pertencia a duas companhias concessionárias portuguesas (a CUF e a Casa Gouveia). Deste modo, o líder do PAIGC esperava paralisar o principal eixo rodoviário (Mansoa – Mansabá – Bafatá) que ligava o leste do território ao litoral, através do qual grande parte do amendoim produzido naquela região era escoado para o porto de Bissau. Se se tiver em conta o extenso relatório elaborado por Amílcar Cabral em 1966, pelo menos a aspiração de paralisar a economia da região leste tinha sido logrado:

Conseguimos, há já algum tempo, abolir na maior parte do nosso território nacional o sistema de exploração colonial. Este ano desferimos um rude golpe no que restava do sistema comercial [português], especialmente nas regiões Leste (Gabú-Bafatá) e Oeste (Canchungo – S. Domingos)².

Na ocasião, as autoridades coloniais pareciam ter assimilado as subterrâneas intenções de Amílcar Cabral e do seu PAIGC, conforme o deixou antever o então Subsecretário de Estado das Colónias, Joaquim Silva Cunha, num extenso relatório divulgado anos mais tarde, e que aqui resumimos:

Dividir a província, de Norte a Sul, com base nas zonas do Mores e do Oio, em duas partes, para isolar Bissau e tornar cada vez mais difícil a defesa da zona Leste, onde era mais densa a

² DAVIDSON, Basil – *A libertação da Guiné. Aspectos de uma Revolução Africana. Prefácio de Amílcar Cabral*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1975, p. 147.

concentração dos fulas que se nos mantinham indefetivelmente fiéis. Depois de dominar esta região, seguir-se-ia a ofensiva sobre o «chão manjaco» (Teixeira Pinto) e, finalmente sobre Bissau³.

Este extenso relatório assinala também outras pretensões ainda mais sinistras que o PAIGC ocultava com essa deliberada tentativa de divisão do país: o isolamento de Bissau; tornar mais difícil a defesa do leste da Guiné, impedindo assim o apoio dos fulas fiéis e mais ainda facilitar a ofensiva sobre o «chão manjaco» e, finalmente, sobre Bissau.

Contudo, em termos de estratégia militar, a aspiração de dividir o território a meio, através do «Corredor de Guiledje», que se tornou imperativa depois da abertura da frente norte, em julho de 1963, tinha a ver também com a luta não só pela conquista da liderança do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde, mas também com a rivalidade que opunha o PAIGC a outros movimentos de libertação da Guiné que operavam a partir do território senegalês (designadamente a FLING) e, sobretudo, com a disputa dos apoios da Organização de Unidade Africana (OUA) e do seu Comité de Libertação criado em Adis-Abeba, a 25 de maio de 1963. As rivalidades começaram como simples disputa do espaço de influência política e militar no interior do território, mas agravaram-se com o estabelecimento de um Comité de Libertação coordenado por nove países (Argélia, Congo-Léopoldville, Etiópia, Guiné-Conacri, Nigéria, Uganda, RAU, Senegal e Tanzânia), cuja missão era a de garantir apoio político, militar, moral e financeiro da África independente às organizações nacionalistas em luta. Pouco depois da sua criação o Comité de Libertação instituiu missões de Bons Ofícios que deveriam analisar e tentar conciliar os vários movimentos de libertação africanos da

³ CUNHA, Joaquim Silva – *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p. 108.

Rodésia do Sul (ZANU e ZAPU), da Guiné (PAIGC e FLING, entre outros) e de Angola (MPLA e FNLA/GRAE)⁴. Com efeito, após ter concluído a inquirição dos movimentos de Angola e de ter decidido apoiar a FNLA/GRAE, em meados de julho, a missão de Bons Ofícios viajou para Conacri e depois Dakar com o intuito de avaliar os movimentos de libertação da Guiné portuguesa e Ilhas de Cabo Verde (4 no Senegal e 1 na Guiné Conacri). Ao tomar conhecimento do reconhecimento do GRAE Amílcar Cabral deu ordens aos seus guerrilheiros para abrirem a frente norte com evidentes motivações políticas e estratégicas. Desta maneira já não precisava de fazer grandes exercícios para provar a missão de «Bons Ofícios» de que, efetivamente, o seu movimento de libertação, tal como sucedia com o GRAE de Angola, era o único que operava de facto no interior do território da então Guiné portuguesa. Pediu mesmo que a missão enviasse representantes para *in loco* constatarem essa realidade no terreno. Está mais do que visto, pois, que por detrás da abertura do corredor que ligaria o sul ao norte e dividiria o país a meio havia também motivações políticas associadas à disputa dos apoios do Comité de Libertação africano. Vistos os aspetos endógenos e exógenos que estiveram por detrás da tentativa de abertura do chamado «Corredor de Guiledje» vale a pena lembrar que Portugal e as chefias militares estacionadas na Guiné tudo fariam para impedir o PAIGC e Amílcar Cabral de materializarem os seus planos.

Em 1964, depois de o governo colonial ter substituído as chefias militares e o Governador-geral, os efetivos militares foram reforçados. O novo Governador, Arnaldo Schultz, passou a acumular funções políticas e militares, numa clara tentativa para estancar a progressão da guerrilha. Foi nesse mesmo ano e contexto que se edificou o

⁴ Arquivo Mário Soares (AMS). «Relatório Secreto apresentado pelo Comité dos Nove ao Conselho de Ministros da OUA». Pasta 04616.079.005. Data: 24 de fev. de 1964. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).

aquartelamento de Guiledje, a escassos quilómetros da fronteira com a Guiné-Conacri e de uma das maiores bases que o PAIGC possuía neste país vizinho – a base de Kandjafra. A sua localização estratégica, no cume (norte) de um triângulo que englobava ainda Gadamael (a oeste), Gandembel (a este) e a base de Kandjafra a sul, em pleno território da Guiné-Conacri, fazia dele um ponto central nas manobras militares dos dois beligerantes. Para a guerrilha era um ponto de passagem dos seus carregadores e das suas colunas militares e de reabastecimento em direção ao interior do território. Por esse motivo era apelidado de «Caminho do Povo». Este corredor ia de Kandjafra, passando por Simbel, Tersaia (ainda em pleno território da Guiné-Conacri), Gandembel, Balana, Salauncar e Unal (território da então chamada Guiné portuguesa). Ao invés para os portugueses tratava-se de um lugar importante de defesa de toda a linha de fronteira de modo a evitar as incursões e penetrações do inimigo. Daí a importância da sua defesa ainda que à custa de elevadas baixas de ambos os lados como efetivamente se verificou. Em consequência disso o corredor também ficou conhecido, do lado português, como o «Corredor da Morte».

Também não é por acaso que, desde 1964, as diretrizes de Amílcar Cabral foram sempre no sentido de não consentir a passagem de reforços e de movimentações militares portuguesas entre Guiledje, Balana e Gantur⁵. Propunha mesmo patrulhamentos de 6 em 6 horas à volta do acampamento e ataques frequentes aos quartelamentos da zona, que já nesta altura se encontravam isolados em virtude da destruição de pontes e das acessibilidades. Efetivamente, nesse ano praticamente todos os quartelamentos dessa área até Quitáfine

⁵ Arquivo Mário Soares (AMS). «Instruções de Amílcar Cabral para a organização de um ataque na zona de Guiledje, Bedanda e fronteira com a Guiné-Conacri». Pasta 07056.006.012. Data: s. d. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).

foram isolados, recebendo assistência apenas por via aérea⁶. Seria bom lembrar que, antes da abertura do «Corredor de Guiledje», o trajeto feito pelos guerrilheiros e carregadores para penetrarem no território nacional era muito mais penoso (existência de cursos de água). Ia de Canafá-Quitáfine-Cassumba-Canhamina, passando por Cubucaré⁷. As dificuldades em contornar os grandes obstáculos que os cursos de água impunham, aos quais podemos ainda adicionar os constantes e apertados patrulhamentos feitos pelo exército português no rio Cacine e as dificuldades de reabastecimento pelo norte, através do Senegal (sobretudo o primeiro aspeto) estariam por detrás da mudança de caminho. Os sucessivos ataques a várias guarnições portuguesas no sul, naquilo que Amílcar Cabral chegou a classificar como «guerra da fronteira», apenas veio demonstrar a intenção do PAIGC em criar um corredor de penetração no interior.

Ainda assim, apesar dos contínuos ataques, emboscadas ao longo do «corredor» e investidas contra o aquartelamento de Guiledje com o emprego de armamento cada vez mais sofisticado e um número cada vez maior de combatentes, o PAIGC nunca conseguiu forjar a retirada das forças portuguesas aí estacionadas. Existe um extenso relatório elaborado em 1968 por Nino Vieira e que foi remetido a Amílcar Cabral no qual, entre outros vários assuntos, se referia aos ataques realizados a Guiledje e a Kebo⁸.

Nesse mesmo ano foi levada a cabo uma das grandes operações militares até então feitas pelo PAIGC contra Gadamael e Guiledje,

⁶ Arquivo Mário Soares (AMS). Sem título. Data: 2 de nov. de 1964. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39155 [acedido a 7 de jun. de 2014].

⁷ Arquivo Mário Soares. «Instruções de Amílcar Cabral para a organização de um ataque na zona de Guiledje...».

⁸ Arquivo Mário Soares (AMS). «Relatório remetido por Nino Vieira a Amílcar Cabral expondo a situação na fronteira com a República da Guiné, designadamente os ataques entre Kebo e Guiledje». Pasta 07197.167.001. Data: 1966-1974. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40775 [acedido a 5 de jun. de 2014].

denominada «Operação Maimuna», e que reuniu três pelotões chefiados pelos cubanos Missail Ribera (1.º pelotão), Ramón Sespedas (2.º pelotão) e Juan Aperes (3.º pelotão), um grupo de reconhecimento aos aquartelamentos de Guiledje, Ganturé, Gadamael e Saconhá e Medjo e um grupo de 15 elementos equipados com canhões⁹.

Os ataques, com maior ou menos intensidade, prosseguiriam nos anos subsequentes. A ideia era manter constante pressão sobre o inimigo. Assim aconteceu no dia 30 de janeiro de 1969 por um comando dirigido por Carlitos Quadé¹⁰. Dias antes um comunicado de Pansau na Isna dava conta de que o avanço inimigo sobre Cameconde, Ganturé e Guiledje, apoiado por oito viaturas GMC, dois carros blindados, protegendo a saída da população de Guiledje e Ganturé para Cameconde, caiu numa emboscada na estrada de Cacoca-Sanconha¹¹.

No dia 8 de fevereiro de 1969, Carlitos Quadé dirige novamente uma outra operação contra Guiledje¹² a que se lhe seguiu outra no dia 12 de março de 1969 com artilharia¹³. Novo ataque perpetrado por um comando dirigido por Abdu Djassi teve lugar no dia 28 de abril de 1969¹⁴. Contudo, a utilização do «caminho do povo» era cada vez mais difícil devido aos constantes patrulhamentos do exército português que incluíam a colocação de minas ao longo do trajeto. De tal maneira que numa mensagem datada de 9 de maio de 1970 Amílcar Cabral instava Nino Vieira a colocar seis metralhadoras

⁹ Arquivo Mário Soares (AMS). «Reunião para a operação 'Maimuna'». Pasta 07062.034.094. Data: 1968. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41116 [acedido a 8 de jun. de 2014].

¹⁰ Arquivo Mário Soares (AMS). «Comunicado de guerra [Frente Sul]». Data: 3 de mar. de 1969. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40664 [acedido a 7 de jun. de 2014].

¹¹ Idem – Ibidem.

¹² Idem – Ibidem.

¹³ Idem – Ibidem.

¹⁴ Idem – Ibidem.

pesadas de 14,5 mm (DCK) no caminho só para ataque contra os helicópteros e que se mantivesse patrulhamento ao longo do trajeto. Mas as recomendações do líder do PAIGC eram no sentido de «arranjar novos caminhos tanto acima como abaixo do rio Balana» e a utilização de sapadores experientes para a desminagem do caminho velho¹⁵. Cabral não desistia de uma importante via nas manobras de (re)abastecimento das suas forças a partir da base de Kandjafra.

As dificuldades não se colocavam apenas relativamente ao PAIGC. Do lado do exército colonial havia também evidentes complicações para travar as infiltrações e a circulação do PAIGC no corredor e a passagem de material de guerra e de guerrilheiros vindos da grande base de Kandjafra. Foi por causa disso que esta base, onde de facto o PAIGC dispunha de um grande depósito de munições e de um comando, e outras existentes ao longo da fronteira do Senegal e da Guiné-Conacri, passaram a ser, numa determinada altura (pelo menos desde 1971), objetivos militares prioritários na estratégia de Spínola. Os serviços de informações do PAIGC estariam a par desse plano que também era do conhecimento do secretário-geral, Amílcar Cabral. A propósito, nesse mesmo ano, numa mensagem do comandante da frente Leste, Paulo Correia, a partir de Fulamory (Guiné-Conacri), dirigida a Amílcar Cabral informava-o de que o «inimigo» planeava «bombardear bases nas fronteiras» da República da Guiné e do Senegal, pelo que tornava-se necessário advertir todas as frentes¹⁶. A diretiva intitulada «sobre a ação das nossas forças nas frentes do sul» (dirigida a Nino Vieira e a outros dirigentes da luta nas frentes do

¹⁵ Arquivo Mário Soares (AMS). «Mensagem de Amílcar Cabral para Nino Vieira». Data: 9 de mai. de 1970. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40329 [acedido a 7 de jun. de 2014].

¹⁶ Arquivo Mário Soares (AMS). «Mensagem – Fulamory». Pasta 07198.168.071. Data: 25 de fev. de 1971. Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40594 [acedido a 5 de jun. de 2014].

sul)¹⁷, de 15 de fevereiro de 1971 revela a existência do plano. A solução encontrada pelo secretário-geral do PAIGC foi a de tentar retirar aos portugueses o seu principal objetivo no Sul que era a base de Kandjafra. Como? Simplesmente eliminando-a e introduzindo no interior do território «a maior quantidade possível dessas munições» e distribuindo o material às forças que atuavam no interior do território. Uma outra solução foi a de enterrar o material de guerra que estivesse em bom estado ou atirar ao rio ou destruir o obsoleto. Mas a decisão que mais convinha às próprias autoridades da Guiné-Conacri, já nessa altura, era a transferência do comando de Kandjafra para o interior do território.

A visita da missão das Nações Unidas às áreas libertadas e a ideia de uma grande operação militar contra Guiledje

Entre janeiro e fevereiro de 1972, os portugueses tinham intensificado os seus ataques contra as áreas libertadas de Quinará, Cubiseco, Xitoli e Saara. Mas, para Amílcar Cabral esses ataques, que visavam impedir as manobras logísticas e operacionais dos combatentes do PAIGC, incomodavam a sua estratégia. Daí a insistência, sobretudo quanto a Guiledje, em lembrar a velha ordem de «procurar outro caminho, na margem direita do Balana, e outro perto do Corubal, a partir de Sichâ Amadi»¹⁸.

Na carta de 10 de março de 1972, endereçada a Pedro Pires, Cabral insistia nas possibilidades de voltar a explorar o caminho antigo, que ia de Sanconhá a Cubucaré, passando pelo rio Cacine. «É muito

¹⁷ Arquivo Mário Soares (AMS). «Sobre a ação das nossas forças nas frentes do sul (para o camarada Nino e os outros dirigentes da luta nas frentes do sul)». Data: 5 de fev. de 1971. Fundo: Documentos de Amílcar Cabral (DAC). Disponível em <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.015> [acedido a 18 de fev. de 2016].

¹⁸ Idem – Ibidem.

perto – dizia-se na carta – e pode ser que consigamos de facto voltar a usá-lo»¹⁹. O líder do PAIGC deixava, no entanto, alguns avisos: «Sejamos pois vigilantes e decididos a batermo-nos pelo caminho antigo, mas façamos tudo para ter outros caminhos, para nos libertarmos dessa fatalidade»²⁰.

Mas não era só o «Corredor de Guiledje» que interessava ou preocupava Amílcar Cabral. Na mesma carta de 10 de março, dirigida a Pedro Pires, regozijava-se com as medidas de vigilância tomadas em relação a Cacoca e Sanconha, embora fosse crucial, na sua opinião, atacar os quartéis próximos da fronteira com morteiros 120 e canhões 57, além de outras armas²¹. Deu mesmo ordens expressas a Nino Vieira para que atacasse Cacine com Grad a partir de Canhamina. O líder do PAIGC antecipava-se, assim, às operações portuguesas no sul da Guiné, particularmente na área do Cantanhez, levadas a cabo designadamente depois de, no mês de março, notícias sobre uma eventual visita às «áreas libertadas» pelo PAIGC por parte de uma importante missão das Nações Unidas, agendada para os inícios de abril, terem começado a circular em Bissau e em Lisboa. O Comando-Chefe tinha obtido informações precisas sobre essa visita, inclusive as datas. Só não conhecia exatamente o trajeto da delegação.

Assim, desde 28 de março a 8 de abril, particularmente toda região sul foi palco de grandes operações militares (por exemplo, a Operação «Muralha Quimérica»), nomeadamente em Unal, um importante ponto de bifurcação do «Corredor de Guiledje», usado nas manobras logísticas dos guerrilheiros do PAIGC na sua progressão para a frente norte. A ideia de Spínola era não só impedir que a visita da missão das Nações Unidas se concretizasse, mas também controlar todo o

¹⁹ Idem – Ibidem.

²⁰ Idem – Ibidem.

²¹ Sem título. Data: 10 de mar. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34492 [acedido a 7 de jun. de 2014].

sul e criar condições para o afastamento definitivo do PAIGC na região que era de facto seu santuário praticamente desde o início das hostilidades, bem como controlar as populações através de grandes projetos na área de construção de edifícios escolares, postos sanitários, estradas e aldeamentos.

Apesar do esforço dos portugueses para impedir a visita da missão das Nações Unidas ela acabaria por se realizar de 2 a 8 de abril. Da delegação fizeram parte o diplomata equatoriano, Horácio Sevilla Borja, o sueco Folke Löfgreem e o tunisino Kamel Belkhiria, acompanhados ainda pelo senegalês Cheik Tidiane (secretário) e Youtaka Nagata (repórter japonês).

Não há a mínima dúvida de que a visita da missão veio dar maior crédito junto das instâncias internacionais de algo que vários jornalistas, cineastas e estudiosos vinham anunciando desde 1966: a existência de «regiões libertadas» controladas pelos guerrilheiros de Amílcar Cabral. No relatório que essa missão elaborou no final da visita, além de se reconhecer o PAIGC como único e legítimo representante do povo da Guiné e de Cabo Verde concluiu-se que Portugal já não exercia «qualquer controlo administrativo efetivo em vastas regiões da Guiné (Bissau)»²². Pouco depois, o Comité de Descolonização reunia-se em Conacri. Cabral tentaria retirar dividendos políticos, em relação aos quais se esforçaria por conciliar com ações militares de grande envergadura, preferencialmente contra um importante aquartelamento inimigo. É neste contexto que surge a ideia de uma grande ofensiva que teria como objetivo tomar o aquartelamento de Guiledje, a par de outras importantes ações militares de distração noutros pontos do território nacional. Aliás, depois de 1968, a nova realidade que perseguia, que era a de que a Guiné era um Estado independente, mas com parte do território

²² *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II.* Vol. II. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 128.

(principalmente os centros urbanos) ainda ocupados pelo exército colonial, impunha uma cada vez maior sincronização entre as atividades militares e as ações diplomáticas. Nenhuma delas, isoladamente, resolveria a questão de fundo que era a da autodeterminação. Daí que urgisse a tomada de novas e corajosas iniciativas políticas e preparar-se adequadamente, do ponto de vista interno, para a realização de ataques militares cada vez mais espetaculares.

Em 1972, numa carta escrita por Amílcar Cabral, já depois da célebre visita da missão das Nações Unidas, com data de 18 de abril, e dirigido a Pedro Pires, membro do Conselho de Guerra e do Comité Executivo de Luta, felicitava-o pelo êxito da visita da missão das Nações Unidas às áreas libertadas e regozijava-se: «aqui nos trabalhos do Comité [de descolonização], obtivemos uma das maiores vitórias no plano internacional»²³. Mas insistia o Secretário-geral do PAIGC:

Espero que consigamos normalizar o caminho para o Sul. Temos de arranjar novos caminhos, mas temos de tirar os tugas de Guiledje. Espero ir aí depois do Congresso do PDG (24 de abril) para, possivelmente com o Nino, estudarmos um plano para liquidar Guiledje e outros campos próximos da fronteira²⁴.

A projetada «Ofensiva Final» sobre Guiledje de finais de 1972

A história de algumas guerras que eclodiram no chamado Terceiro Mundo no século xx ficou estigmatizada por momentos de intensa violência e com profundos reflexos não só no campo militar, mas também político. Na memória ainda ecoa a «Ofensiva Tet», que a

²³ Arquivo Mário Soares (AMS). Sem título. Data: 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34489 [acedido a 5 de jun. de 2014].

²⁴ Idem – Ibidem.

coligação de forças norte-vietnamitas e guerrilheiros vietcongues lançaram, a 30 de janeiro de 1968, contra o exército norte-americano e sul-vietnamita e que envolveu surpreendentes ataques a várias cidades, incluindo a capital Saigão. Comparar a operação que Amílcar Cabral pretendia levar a cabo sobre Guiledje e outros campos fortificados, entre setembro e outubro de 1972, com a «Ofensiva Tet» é simplesmente um exercício extemporâneo, quer pela desproporcionalidade dos meios materiais e humanos quer também pelas posições estratégicas visadas. É que na Guiné, o objetivo militar visado não era ainda as cidades, como aconteceu com a «Ofensiva Tet», mas alguns aquartelamentos fronteiriços, embora se constate, através da propaganda do PAIGC, que nas operações de 1973 (*vide* Quadro 1) houve uma duplicação de ataques contra os centros urbanos: 73 (março) para 110 (maio). Estes ataques voltariam a cair consideravelmente entre junho (89) e julho (56). Em todo o caso, não há dúvida de que do ponto de vista tático e político o líder do PAIGC inspirou-se na «Ofensiva Tet». Aliás, acompanhou de perto esta guerra e também as subseqüentes negociações de Paris, tendo tentado, inclusivamente, aplicar na Guiné a tática e a estratégia adotadas pelos norte-vietnamitas. Esta é, de resto, a razão pela qual alguma imprensa dos países escandinavos considerava a guerra da Guiné como um mini Vietname.

Em 1972, o líder do PAIGC preparava-se para proclamar a independência, mas as principais cidades continuavam nas mãos dos portugueses. Assim sendo, três soluções se lhe apresentavam, segundo o jornalista Less-Nam-Dia, da *Jeune Afrique*²⁵:

- 1) Avançar para a proclamação do Estado e criar depois uma capital revolucionária;

²⁵ DIA, Less Nam – «Après une indépendance». *Jeune Afrique*. Paris: Danielle Ben Yahmed. ISSN 1950-1285. N.º 660, 1 septembre 1973, p. 5.

- 2) Conquistar as cidades, a exemplo do que tentaram os vietcongues em 1968 com a «Ofensiva Tet», na sequência da qual, importantes cidades (Saigão e Phnom-Penh) foram atacadas e (nalguns casos) ocupadas pelos guerrilheiros;
- 3) Por último, proclamar a independência, legitimando a proteção militar das Nações Unidas ou de outras forças estrangeiras que, ao lado do PAIGC, assaltariam então o último reduto das forças ocupantes.

Contudo, tal como recusou sempre a ideia de constituir um Governo revolucionário no exílio, não acreditamos que Cabral estivesse inclinado em proclamar a independência da Guiné com uma capital revolucionária, pois tal poderia gerar uma situação indefinida e duradoura. A segunda opção (a conquista das cidades) era um objetivo complexo, exigindo abastados meios humanos e materiais, de que o PAIGC não dispunha, e eficiente organização. Foi a ausência dessas condições que fizeram com que a guerrilha urbana iniciada timidamente a partir de 1968 e os ataques às cidades não tivessem tido continuidade ou pelo menos não tiveram os resultados esperados. É que uma das pretensões de Amílcar Cabral com a realização destes ataques era a de causar terror nos centros urbanos e fazer com que as populações aí refugiadas se sentissem inseguras e regressassem às áreas rurais controladas pelos próprios guerrilheiros.

Também duvidamos que a terceira solução fosse uma opção séria e exequível, pois não cremos que as Nações Unidas se dispusessem a assumir aquele papel. Cabral nunca foi apologista de uma intervenção militar das Nações Unidas na Guiné, até para evitar a experiência negativa do Congo que bem conhecia.

A verdade é que em 1972, face à ideia de proclamar a independência da Guiné, o líder do PAIGC estava evidentemente resoluto em levar a cabo uma ação militar espetacular, não tanto na perspetiva de encobrir a fase crítica que o seu movimento de libertação atravessava, como

chegou a admitir Spínola²⁶, mas para complementar os grandes êxitos políticos que havia alcançado no campo internacional ao longo desse ano e dos anos anteriores. Daí a ideia de uma ofensiva geral para conquistar um (ou alguns) aquartelamento(s) estratégico(s) ou isolá-lo(s), ataque que pretendia fazer coincidir com a reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, agendada para o mês de outubro de 1972, e com a data da proclamação do Estado inicialmente fixada para finais do mês de dezembro ou, o mais tardar, princípios de janeiro de 1973. Seria uma espécie de «Ofensiva Final» que haveria de conduzir à liquidação do colonialismo português na Guiné, através do aproveitamento dos seus resultados do ponto de vista da política doméstica e internacional. Esta foi a saída encontrada para a ultrapassagem do «impasse» político-militar que a escolha de António de Spínola para Governador e Comandante-Chefe veio introduzir na guerra da Guiné. No fundo, tal como aconteceu com a «Ofensiva Tet». O objetivo visado era o aquartelamento de Guiledje, mas com manobras de diversão sobre Guidaje, no norte, e Gadamael, no sul, de modo a atrair a atenção das tropas portuguesas e assim atingir o objetivo primordial que era a conquista de Guiledje, vital do ponto de vista logístico e para a segurança das populações do sector de Balana.

Mas a realização desta operação exigia meios materiais, nomeadamente contra a aviação portuguesa, de que o PAIGC ainda não dispunha.

O aquartelamento de Guiledje, na frente de Balana/Quitáfine, era, na opinião de Amílcar Cabral, o mais bem fortificado aquartelamento português em 1972. As unidades portuguesas aí estacionadas (duas companhias de infantaria, unidades de cavalaria e de artilharia) tinham por missão impedir a utilização da principal via de reabastecimento das forças do PAIGC, a partir de Kandjafra, que aparecia nas

²⁶ ANTUNES, José Freire Antunes – *A guerra de África. 1961-1974*. Vol. 2. 2.ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 1008.

cartas militares como «Corredor de Guiledje»²⁷. Por isso, o líder do PAIGC estava absolutamente convencido de que com a queda de Guiledje tudo à volta cairia. Fazia mesmo depender a derrocada do regime colonial na Guiné de uma eventual queda deste importante campo fortificado, pois aliviaria a pressão do exército português na zona da fronteira, precipitando o desenvolvimento de ações militares e abrindo novas perspectivas para a resolução (pelo menos política) do conflito.

Cabral tinha plena consciência de que era absolutamente prioritário «tirar os tucas de Guiledje»²⁸. Prometia mesmo uma visita a Kandjafra, para se reunir com Nino Vieira a fim de estudarem «um plano para liquidar Guiledje e outros campos próximos da fronteira»²⁹.

Em meados de 1972, este plano de «liquidar Guiledje e outros campos próximos da fronteira» assumiu mesmo um certo simbolismo, depois do êxito logrado com a visita da missão das Nações Unidas às áreas libertadas, e as características de uma «Ofensiva Final», cujos preparativos e execução operacional o líder do PAIGC confiou a Osvaldo Lopes da Silva. Neste ataque de grande envergadura, que deveria coincidir com a reunião, em outubro, da Assembleia Geral das Nações Unidas, e em novembro, do Conselho de Segurança, Cabral contava empregar efetivos cubanos, e, simultaneamente levar a cabo uma grande ação militar de diversão em várias localidades do sul (por exemplo sobre Gadamael) e do norte (Guidaje). No final destas operações Amílcar Cabral esperava obter imediatamente o apoio das Nações Unidas que funcionaria como um lenitivo, como já se disse, para a subsequente proclamação do Estado da Guiné que

²⁷ Arquivo Mário Soares (AMS). «PAIGC – Communiqué». Data: 1973. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84015 [acedido a 6 de jun. de 2014].

²⁸ Arquivo Mário Soares (AMS). Sem título. Data: 9 de jul. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34488 [acedido a 7 de jun. de 2014].

²⁹ Idem – Ibidem.

deveria ter lugar, em princípio, em meados ou finais de dezembro de 1972 ou o mais tardar em janeiro de 1973. Mas a consecução, pelo menos, da ofensiva militar de pressão sobre o colonialismo português na Guiné exigia também a anulação do poderio aéreo português. Foi com esse objetivo que visitou a URSS, a 9 de julho de 1972. A ideia era persuadir as autoridades soviéticas a fornecerem-lhe os mísseis Strela (SA – 7) com os quais tencionava mudar «qualitativamente a luta»³⁰. A propósito, numa carta dirigida a Pedro Pires Cabral escrevia:

Espero que os preparativos para as operações ai já estejam no fim. É bom não nos atrasarmos muito, porque o inimigo tem também os seus planos e pode criar-nos situações novas que nos obriguem a desistir dos nossos. Como planeámos, o 1.º ataque a G[uiledje] (ao mesmo tempo que fazemos diversionismo sobre K [kitafine]) deve ser duro, mas não devemos pôr os problemas na base do «tudo ou nada». Devemos organizar as coisas para uma ação contínua e prolongada (um a dois meses) para, se o inimigo resistir, desgastá-lo e depois liquidá-lo³¹.

Era desta forma que o secretário-geral do PAIGC pretendia passar à ofensiva e, sobretudo, retirar ao exército português a iniciativa que tinha estado a ter nos últimos meses, como já se viu. Assim, os derradeiros meses de 1972 tornar-se-iam decisivos para o PAIGC e para a estratégia delineada por Amílcar Cabral no seu afã de proclamar o Estado da Guiné. A guerra tinha entrado, efetivamente, na sua fase final, a avaliar pelas ações políticas, diplomáticas e pelo projetado ataque ao aquartelamento de Guiledje que inauguraria uma série de ações militares em todo o território. Não foi por acaso que numa Mensagem de Ano Novo de 31 de dezembro de 1971 Amílcar Cabral

³⁰ Idem – Ibidem.

³¹ Idem – Ibidem.

vaticinou o fim próximo do colonialismo português na Guiné³² que passava pelo cumprimento dos seguintes objetivos:

- 1) Intensificação da ação armada em todas as frentes, com a utilização de novos e mais poderosos meios;
- 2) Criação dos Conselhos Regionais e da ANP, cuja missão histórica seria a de proclamar o Estado da Guiné. Recordo apenas que os preparativos e a campanha de sensibilização de quadros, militantes, guerrilheiros e população civil tinha começado em dezembro de 1971, prolongando-se por todo o ano de 1972;
- 3) Incremento da atividade diplomática junto dos aliados e dos países amigos com o objetivo de amearhar apoios políticos e morais.

Apesar dos preparativos o projetado ataque a Guiledje não pôde ser concretizado na altura prevista, tendo sido adiado para os inícios de 1973. Não se conhecem as razões desse adiamento, mas os resultados da última Assembleia Geral das Nações Unidas acabaram por certamente desencorajar (pelo menos temporariamente) o secretário-geral do PAIGC no que concerne à ideia de avançar com a proclamação do Estado da Guiné ainda em dezembro de 1972 ou princípios de 1973. É que estes dois organismos das Nações Unidas (aquele mais arrojado nas suas resoluções do que este) instaram Portugal a negociar com os movimentos de libertação nacional, pelo que Amílcar Cabral teria ficado certamente à espera que Portugal tomasse iniciativas nesse sentido o que, como se sabe, acabou por não suceder. Ao invés, as autoridades portuguesas recusaram-se a

³² «Vamos acelerar a liquidação total do colonialismo português em 1972, para libertarmos o homem africano da Guiné e Cabo Verde de toda a espécie de opressão, para construirmos uma sociedade justa, baseada na nossa própria história e nas realidades da nossa terra, mas aberta a todas as conquistas da humanidade no caminho do progresso».

sentar a mesma mesa com os apodados «terroristas». Avisado dos planos políticos e militares de Amílcar Cabral Spínola agendou mesmo grandes operações no Cantanhez para outubro de 1972, que só se concretizariam em dezembro, exatamente para a mesma altura em que Amílcar Cabral tencionava, inicialmente, proclamar o Estado da Guiné.

Outro motivo para o adiamento daquela que seria a «Ofensiva Final» foi, quanto a nós, pelo facto de o PAIGC não ter ainda reunido as condições militares e logísticas para a realização do projetado ataque. Estamos mesmo persuadidos a admitir que esteve relacionado com o atraso soviético no fornecimento dos mísseis. O Secretário-Geral do PAIGC era um revolucionário astuto. Jamais aceitaria avançar para um ataque de grande envergadura se daí não surtisses os resultados desejados. Daí, quanto a nós, a ideia da suspensão, mas não do abandono do projeto. Meses mais tarde, numa outra missiva endereçada a Pedro Pires, datado de 8 de dezembro de 1972, Cabral voltou a lembrar a necessidade de atacar Guiledje: «há que atacar muito Kebo e Bedanda e Buba também, mas não desistamos do projetado ataque a Guiledje»³³.

Tudo indica que em dezembro de 1972 o PAIGC mantinha firme o plano para atacar Guiledje em força e este plano era do conhecimento das tropas portuguesas. Não foi por acaso que, a 8 de janeiro de 1973, no quadro desta guerra visando impedir que Amílcar Cabral cumprisse os seus planos, Spínola fez uma diretiva (a 2/73) em que criou o Comando Operacional n.º 5 (COP 5), sob a dependência direta do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, com alertas sugestivos:

³³ Arquivo Mário Soares (AMS). «Correspondência, carta [manuscrita] de Amílcar Cabral, dirigida ao camarada Pedro Pires». Data: 8 de dez. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).

É de admitir que o IN [inimigo] reforce os seus efetivos armados naquela região com material e pessoal a partir da REP. GUINÉ e, conseqüentemente, pressione ainda mais as nossas guarnições dos subsectores de Guiledje, Gadamael e Cacine...³⁴.

A missão consistia, entre outras, em interceptar o «corredor» do Guiledje, especialmente pela implantação de minas e armadilhas e execução de fogos de interdição», mas também executar «ações de reconhecimento na faixa fronteira de modo a detetar linhas de infiltração IN»³⁵.

Porém, o secretário-geral do PAIGC, Amílcar Cabral, não viveria o suficiente para assistir à queda de Guiledje como era seu desejo e ao colapso do regime colonial, devido ao seu assassinato em Conacri, a 20 de janeiro de 1973. Esta projetada ofensiva só se concretizaria em maio de 1973, e batizada com o nome de «Operação Amílcar Cabral», em homenagem ao líder entretanto assassinado.

A «Operação Amílcar Cabral» e epílogo

No essencial a operação, manteve o figurino de «Ofensiva Final» projetada inicialmente para finais de 1972:

- 1) Inviabilizar o dispositivo aéreo português;
- 2) Ataque a Guiledje com manobras de diversão em Gadamael (sul) e Guidaje (norte);

³⁴ LIMA, Alexandre Coutinho e – *A Retirada de Guiledje (22 de Maio de 1973). A verdade dos factos*. 1.ª Ed. Lisboa: D. G. Edições, 2008, p. 21 e p. 402.

³⁵ Idem - *Ibidem*, p. 403.

3) Aproveitamento dos resultados destes ataques generalizados e do simbolismo da tomada de Guiledje do ponto de vista da política doméstica e internacional.

Na verdade, a utilização dos mísseis soviéticos Strela, no teatro de operações da Guiné, pela primeira vez a 25 de março de 1973, veio alterar profundamente o curso da guerra colonial/guerra de libertação.

	março	abril	maio	junho	julho
Ações principais	70	77	167	122	92
Ataques contra os centros urbanos	73		110	89	56
Emboscadas	27		42	28	24
Inimigos mortos	232	204	403	291	312
Veículos destruídos	13	15	33	16	32
Barcos e vedetas afundadas	2	4	6	4	–
Aviões abatidos	5	7	2	4	–

Quadro 1 – Balanço das ações levadas a cabo pelas forças armadas do PAIGC entre março e julho de 1973.

Fonte: PAIGC.

Graças à utilização desses mísseis, em finais de março e também em abril, vários aviões foram abatidos pelos guerrilheiros do PAIGC nas proximidades de Guidaje (norte) e de Guiledje (sul). A propaganda do PAIGC fala mesmo num total de 18 aviões abatidos (*vide* Quadro 1) entre março e junho: 12 caças-bombardeiros à reação (FIAT G-19 tipo OTAN R-4), 3 caças-bombardeiros norte-americanos *Harvard*

T-65 e três *Dornier* DO-67. Aos prejuízos materiais a propaganda do PAIGC associa ainda as perdas em vidas humanas com destaque para a do tenente-coronel Almeida Brito, cujo avião foi abatido na zona de Boé³⁶. Depois dos golpes desferidos sobre a aviação a Operação «Amílcar Cabral» pôde finalmente principiar, efetivamente, a 5 de abril de 1973 com vários flagelamentos ao aquartelamento de Guidaje, no norte, e com o cerco à estrada Binta-Guidaje. Entre abril e maio de 1973 as notícias já davam conta de flagelamentos de aquartelamentos de Guidaje e de Guiledje em plena luz do dia. As dificuldades começam a ser também muito penosas por estrada e sem apoio da aviação. Gradualmente, Guidaje, Guiledje e mais tarde Gadamael começaram a ressentir-se do seu isolamento. A norte, no início de maio, o PAIGC tinha já conseguido concentrar em Cumbamory um efetivo estimado em 650 homens, cuja missão era a de isolar Guidaje, que de 8 a 31 de maio foi alvo de 42 flagelações. No comando das operações encontrava-se, do lado do PAIGC, Manuel dos Santos (Manecas). Foram estes cercos e o ataque às várias colunas portuguesas de reabastecimento que pretendiam chegar a Guidaje que forçaram o Comandante-Chefe, António de Spínola, a ordenar o ataque a Cumbamory (a famosa Operação «Ametista Real»), em plena República do Senegal, pelos comandos africanos, no dia 19 de maio. Há quem admita que este ataque teria contado com a anuência das autoridades senegalesas.

O ataque à base do PAIGC de Cumbamory, de onde partiam normalmente os reabastecimentos para a frente norte (Oio e Chão dos Manjacos), através do corredor de Sambuia, em jeito de reação ao cerco e na tentativa para aliviar a pressão sobre o aquartelamento de Guidaje, foi perpetrado sob o comando do então Major João de

³⁶ Arquivo Mário Soares (AMS). «PAIGC - Operação 'Amílcar Cabral'». Data: 1973. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84064 [acedido a 18 de fev. de 2016].

Almeida Bruno, do Batalhão dos Comandos Africanos, acompanhado pelo capitão paraquedista António Ramos, pelo capitão Matos Gomes e pelo então capitão Comando Raúl Folques. Teriam sido utilizados na operação 500 efetivos. O que se desconhece é se não haveria, do lado português, um plano idêntico em relação à base de Kandjafra, na Guiné-Conacri, onde o PAIGC possuía um importante paiol que abastecia às diferentes bases no interior da Guiné, designadamente do sul e leste, através do «Corredor de Guiledje».

Depois de um cerco e de flagelações de vários dias, o exército português foi obrigado a avançar sobre Kumbamory, numa operação denominada «Ametista Real», em pleno território senegalês, onde o PAIGC mantinha uma base de retaguarda. Vale a pena lembrar que poucos dias antes desta operação em socorro da cercada Guidaje, a 15 de maio de 1973, fortes bombardeamentos do PAIGC atingiram Guiledje de forma contínua, cessando apenas no dia 24 de maio com o assalto e tomada do campo fortificado sem qualquer resistência. Dois dias antes (22 de maio), o contingente militar estacionado no então designado Comando Operacional 5 (COP 5), dirigido pelo então Capitão Coutinho e Lima, tinha-se retirado com elementos da população para Gadamael. Essa retirada do hoje Coronel Coutinho e Lima, valer-lhe-ia a destituição do comando e mais tarde um processo no Tribunal Militar Territorial de Lisboa.

Não há dúvida de que o projetado ataque a Guiledje e a tomada do quartelamento foi debuxado com alguma intencionalidade, pois, tal como o plano de ataque (não concretizado) de 1972, deveria coincidir com a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas e com o Conselho de Segurança, os de 1973 coincidiram com as celebrações do 10.º aniversário da fundação da OUA e do Comité de Libertação que entre 20 e 25 de maio estava a ser celebrado em Adis-Abeba. Foi em virtude deste facto que, curiosamente, no dia 25 de maio (dia da fundação da OUA) era hasteada a bandeira do PAIGC em Guiledje, facto que o partido do falecido líder, Amílcar Cabral, aproveitou para

enviar não só um telegrama ao Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, reunidos em Adis-Abeba, que rapidamente saudaram a determinante conquista do PAIGC, mas também motivou comunicados de imprensa em várias línguas. O próprio Comité Executivo de Luta do PAIGC fez questão de dedicar essa grande vitória ao 10.º aniversário da OUA.

Animado por esta vitória e pela imobilização da aviação portuguesa o PAIGC partiu para o cerco a Gadamael que se prolongaria ao longo de vários dias, levando à conseqüente evacuação de três centenas de militares já em junho.

Estava assim aberto o caminho para o cumprimento de um dos maiores desideratos do PAIGC pós-Cabral: a proclamação do Estado da Guiné.

Num comunicado difundido a 6 de junho de 1973, o PAIGC afirmava que a tomada de Guiledje e a eliminação da presença portuguesa assumia uma importância vital para a logística do exército de libertação nacional, reforçando a segurança do sector de Balana, cujas povoações vinham sendo alvos dos tiros de canhões inimigos³⁷. Além do mais, acentuava em termos propagandísticos que o comandante colonial do aquartelamento, Coutinho e Lima, não teria tido tempo de terminar um pedido de socorro encontrado em cima da secretária e que as tropas do PAIGC teriam capturado ao inimigo o seguinte armamento: canhões de 155 mm; um morteiro pesado de 106 mm; dois morteiros de 81 mm; um morteiro de 60 mm e uma importante quantidade de matéria de guerra.

A «Operação Amílcar Cabral», que levou à queda de Guiledje, em maio de 1973, depois de um cerco de vários dias, foi um ponto de partida, mas também um ponto de chegada. Um ponto de partida, por ter conduzido, como já se disse, ao colapso do exército português, e, por conseguinte, do Estado colonial na Guiné. Um ponto de che-

³⁷ Idem – Ibidem.

gada, pois foi o culminar de um projeto antigo de Amílcar Cabral que era visto como uma espécie de «Ofensiva Final», *avant la lettre*, pelos resultados que dela se pretendia subtrair como efetivamente veio a suceder, quer do ponto de vista doméstico quer internacional.

A 24 de setembro de 1973, o PAIGC proclamaria unilateralmente o Estado da Guiné-Bissau em Madina do Boé, rapidamente saudada e reconhecida para mais de 70 países.

Fontes

Arquivo Mário Soares (AMS)

- «Comunicado de guerra [Frente Sul]». Data: 3 de mar. de 1969. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40664 [acedido a 7 de jun. de 2014].
- «Correspondência, carta [manuscrita] de Amílcar Cabral, dirigida ao camarada Pedro Pires». Data: 8 de dez. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).
- «Duma carta aos camaradas Oswaldo (Ambrósio Djassi) e Chico (Francisco Mendes) (Chico Té)». Pasta 4340.003 im. 21. Data: 18 de jul. de 1963. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).
- «Instruções de Amílcar Cabral para a organização de um ataque na zona de Guiledje, Bedanda e fronteira com a Guiné-Conacri». Pasta 07056.006.012. Data: s.d. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).
- «Mensagem de Amílcar Cabral para Nino Vieira». Data: 9 de mai. de 1970. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40329 [acedido a 7 de jun. de 2014].
- «Mensagem – Fulamory». Pasta 07198.168.071. Data: 25 de fev. de 1971. Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40594 [acedido a 5 de jun. de 2014].
- «PAIGC – Comunicuê». Data: 1973. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84015 [acedido a 6 de jun. de 2014].
- «PAIGC - Operação 'Amílcar Cabral'». Data: 1973. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84064 [acedido a 18 de fev. de 2016].
- «Relatório remetido por Nino Vieira a Amílcar Cabral expondo a situação na fronteira com a República da Guiné, designadamente os ataques entre Kebo e Guiledje». Pasta 07197.167.001. Data: 1966–1974. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40775 [acedido a 5 de jun. de 2014].

- «Relatório Secreto apresentado pelo Comité dos Nove ao Conselho de Ministros da OUA». Pasta 04616.079.005. Data: 24 de fev. de 1964. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).
- «Reunião para a operação 'Maimuna'. Pasta 07062.034.094. Data: 1968. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41116 [acedido a 8 de jun. de 2014].
- «Sobre a ação das nossas forças nas frentes do sul (para o camarada Nino e os outros dirigentes da luta nas frentes do sul)». Data: 5 de fev. de 1971. Fundo: Documentos de Amílcar Cabral (DAC). Disponível em <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.015> [acedido a 18 de fev. de 2016].
- Sem título. Data: 2 de nov. de 1964. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39155 [acedido a 7 de jun. de 2014].
- Sem título. Data: 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34489 [acedido a 5 de jun. de 2014].
- Sem título. Data: 10 de mar. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34492 [acedido a 7 de jun. de 2014].
- Sem título. Data: 9 de jul. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral. Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34488 [acedido a 7 de jun. de 2014].

Referências bibliográficas

- ANTUNES, José Freire Antunes – *A guerra de África. 1961–1974*. 2 Vols. 2.ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, 1071 p. ISBN 9789727590391.
- CABRAL, Luís – *Crónica da Libertação*. Lisboa: Edições *O Jornal*, 1984, 464 p.
- CALHEIROS, José de Moura – *A última Missão*. 2.ª Ed. Lisboa: Caminhos Romanos, 2011, 640 p. ISBN 9789898379030.
- CUNHA, Joaquim Silva – *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, 368 p.
- DAVIDSON, Basil – *A libertação da Guiné. Aspetos de uma Revolução Africana. Prefácio de Amílcar Cabral*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1975, 209 p.
- DIA, Less Nam – «Après une indépendance». *Jeune Afrique*. Paris: Danielle Ben Yahmed. ISSN 1950-1285. N.º 660, 1 septembre 1973, p. 5.
- FELGAS, Hélio – *Guerra na Guiné*. Lisboa: Oficinas Gráficas Speme, 1967, 124 p.
- GOMES, Carlos de Matos e AFONSO, Aniceto – *Os Anos da Guerra Colonial*, Lisboa: Quidnovi Editora, 2010, 832 p. ISBN: 9789896282134.
- LIMA, Alexandre Coutinho e – *A Retirada de Guiledje (22 de Maio de 1973). A verdade dos factos*. 1.ª Ed. Lisboa: D. G. Edições, 2008, 473 p. ISBN 978-989-8135-25-4.
- LOPES, José Vicente – *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*. Cidade da Praia: Spleen Edições, Cidade da Praia, 2012, 496 p.
- Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II*. 2 Vols. Lisboa: Seara Nova, 1977.

- PAGET, Julian – *Counter-insurgency campaigning*. London: Faber and Faber Limited, London, 1967, 189 p.
- PEREIRA, Aristides – O Meu Testemunho, uma luta, um partido, dois países. Lisboa: Editorial Notícias, 2003, 304 p. ISBN 9789724613819.
- POLICARPO, Fernando – *A Guerra na Guiné – 1963-1974*. Lisboa: Quidnovi Editora, 2010, 148 p. ISBN 9789896281908.
- SARKESIAN, Sam C. (Ed.) – *Revolutionary Guerrilla Warfare: Theories, Doctrines, and Contexts*. London: Routledge, 1975, 623 p. ISBN-13: 978-0913750056.
- SILVA, António E. Duarte – *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, 448 p. 9789723604245.
- SINGH, Baljit and MEI, Ko-Wang – *Theory and practice of Modern Guerrilla Warfare*. London: Asia Publishing House, 1971, 140 p., ISBN-13: 978-0210981696.
- SOUSA, Julião Soares – «MPLA: da Fundação ao Reconhecimento por parte da OUA». *Latitudes. Cahiers Lusophones*. Paris: Association Cahiers Lusophones. ISSN 1285-0756. N.º 28, Décembre 2006, p. 11-16.
- *Amílcar Cabral (1924–1973). Vida e morte de um revolucionário africano*. Praia: Spleen Edições, 2012, 570 p.